



DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0601.1/2021

O Presidente da Comissão Permanente de Licitação da Câmara Municipal de Novo Oriente, conforme autorização da senhora Presidente da Câmara Municipal de Novo Oriente, abre processo de Dispensa de Licitação a seguir:

DO OBJETO

Prestação de serviços na realização de levantamento e elaboração da folha de pagamento e orientações na realização de processos de nomeações bem como processamento de GFIP, DCTF junto a Câmara Municipal de Novo Oriente - CE.

JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

Se faz necessária em virtude da necessidade de se contratar empresa para fins de assessorar os trabalhos iniciais no setor de Recursos Humanos da Câmara Municipal de Novo Oriente.

RAZÃO DA ESCOLHA E VALORES

Para atender o objeto necessário e por apresentar os menores preços após ampla pesquisa de mercado, tudo conforme documentação anexa, a contratação será realizada com a seguinte empresa:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND.	QTD.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	Prestação de serviços na realização de levantamento e elaboração da folha de pagamento e orientações na realização de processos de nomeações bem como processamento de GFIP, DCTF junto a Câmara Municipal de Novo Oriente - CE, conforme Projeto Básico	Mês	02	4.500,00	9.000,00

Nome	CNPJ	Valor Total R\$
E FRANKLIN DE VITERBO CONTABILIDADE	14.866.182/0001-92	9.000,00

JUSTIFICATIVA DO PREÇO

Carlo Eduardo Alves
Presidente/Presidente CPL
Portaria Nº 01.01.2021/2021
CPF: 063.579.193-57



Após ampla pesquisa de mercado constatou-se que o menor valor total dos itens é de **R\$ 9.000,00 (nove mil reais)**, apurado pelo menor valor total pesquisado, o qual se apresenta compatível com o valor de mercado.

DA PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA.

Os recursos para fazer jus a aludida despesa são provenientes de recursos da CÂMARA MUNICIPAL DE NOVO ORIENTE e encontram-se classificado na Dotação Orçamentária de nº 12.01.01.031.0001.2.065 Gerenciamento das atividades legislativas da Câmara Municipal de Novo Oriente, Elemento de Despesa 3.3.90.39.00.

DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL.

A Lei Federal nº 8.666/93 elenca várias situações que dão ao gestor público a faculdade de dispensar o procedimento licitatório, e um dos motivos delineados para a dispensa de licitação, que retira do certame a imperativa eficiência e realização do interesse público, dentre as quais, as contratações baseadas no inciso II, art. 24, da lei 8.666/93 e alterações posteriores, desde que o preço contratado seja compatível com o praticado no mercado.

As características dos serviços demandados pela Administração neste Projeto Básico demonstram que os serviços podem ser classificados como serviços comuns, uma vez que são facilmente comparáveis entre si e podem ser oferecidos por diversas empresas/profissionais atuantes no mercado, não necessitando de especificações minuciosas ou peculiares, tendo amparo legal na Lei Federal 8.666/93.

Novo Oriente- CE, 06 de janeiro de 2020.

Carlos Eduardo Alves

Carlos Eduardo Alves

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

Carlos Eduardo Alves
Pregoeiro/Presidente CPL
Portaria Nº 010.01.2021/2021
CPF: 063.579.193-57